

A CASA AMARELA: TENSÕES E CONTRADIÇÕES NA DISPUTA PELO TERRITÓRIO URBANO

Janice de Piero¹, Maria Fernanda Andrade Saiani Vegro²

RESUMO

Desde os anos 2000, um conjunto de transformações significativas tem ocorrido na metrópole de São Paulo, fruto do avanço da financeirização na produção do solo urbano que tem alterado radicalmente o uso e o sentido dos lugares. No caso da habitação, tal quadro, tem implicado no avanço vertiginoso do processo de verticalização, no aumento da segregação, da desigualdade social, mas também na descaracterização e adensamento de bairros residenciais tradicionais da cidade. Nessa perspectiva, este artigo propõe iluminar o significado do “ato de resistir” que envolve comunidade local, interesses sociais, políticos, econômicos e a cultura a partir do estranhamento e permanência do imóvel Casa Amarela (1921), tombado em 2021, no bairro da Vila Romana, na Zona Oeste da cidade, que sobreviveu às armadilhas e artifícios do mercado imobiliário predatório.

Palavras-chave: Casa Amarela. Verticalização. Resistência. Especulação Imobiliária.

ABSTRACT

Ever since the 2000s, a number of significant transformations have occurred in the metropolis of São Paulo as a product of the advance of financialization in the production of urban land, which have radically modified the use and meaning of places. In the case of housing, this has implied the vertiginous advance of the verticalization process, the increase

-
- 1 Graduada em Artes Plásticas pela Faculdade de Belas Artes de São Paulo, é ativista política, arte-educadora, artista visual e gestora da Casa Amarela da Vila Romana.
 - 2 Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade de Belas Artes de São Paulo (1987); mestre em Estética e História da Arte pelo programa Interunidades do Museu de Arte Contemporânea da Universidade de São Paulo (MAC-USP, 2014); doutora pelo Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (IAU-USP, 2020) na área de Teoria e História da Arquitetura e Urbanismo. Atualmente é membro do Grupo de Pesquisa Núcleo de Estudos das Espacialidades Contemporâneas do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (NEC/IAU-USP) e do Grupo de Pesquisa da Cátedra Otávio Frias Filho de Estudos em Comunicação, Democracia e Diversidade do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (IEA-USP).

of segregation and social inequality, but also the mischaracterization and densification of traditional residential neighborhoods in the city. In this sense, this article proposes to illuminate the meaning of the “act of resistance” that involves local community, social, political, economic and cultural interests, based on the estrangement and permanence of the property Casa Amarela (1921), listed in 2021, in the district of Vila Romana, in the west zone of the city, which survived the traps and tricks of the predatory real estate market.

Keywords: Casa Amarela. Verticalization, Resistance. Real Estate Speculation.

INTRODUÇÃO

Na produção do espaço, compreendida como um processo social e histórico, tornam-se evidentes as contradições do capitalismo, visíveis principalmente nas intensas disputas e lutas pelo território, no aumento da segregação urbana e das desigualdades sociais justificadas pela subsunção de grande parte do planejamento urbano ou de sua completa ausência e da arquitetura às formas de valorização e reprodução do capital. Segundo a perspectiva de Polanyi (2000), terra, trabalho e dinheiro são consideradas mercadorias fictícias, porque não podem ser produzidas, pois a terra constitui um elemento natural, o trabalho um gesto sobretudo humano e o dinheiro adquire vida através dos instrumentos das finanças estatais e dos mecanismos dos bancos. Porém, sob a lógica do mercado, a cidade é concebida como negócio e, ao invés de a economia estar embutida nas relações sociais, são as relações sociais que estão embutidas no sistema econômico (p. 77).

No caso específico do bem imobiliário, a terra é considerada a base material de produção e não representa o capital, mas um equivalente de capital, pois, seu processo de valorização não resulta do trabalho, e sim da forma como é apropriada e de seu uso. Então, pode-se afirmar que não existe “localização em si”, mas um modo de produção de localizações novas ou requalificadas, associado aos investimentos públicos e privados em infraestrutura e equipamentos urbanos e em marketing por parte das empresas imobiliárias, com o objetivo de atrair perfis de consumidores com renda mais elevada para uma determinada fração de cidade, apostando na sua valorização futura, que possibilita para o setor auferir o máximo de lucros na produção do solo urbano. Nesse cenário, a terra assume papel central como objeto de especulação e capitalização³.

3 Para a compreensão das políticas de uso e ocupação do solo, ver Rolnik (1997).

Mas foi a partir dos anos 2000 que a metrópole de São Paulo passou por uma mudança de paradigma significativa quanto ao uso e sentido dos lugares, perceptível no crescimento da verticalização residencial, na descaracterização de bairros tradicionais e áreas industriais da cidade, com grandes demolições para a construção de condomínios, na criação de prédios inteiros para renda de aluguel, nos investimentos em projetos de renovação urbana, shoppings, edifícios corporativos, megaprojetos multifuncionais, na ampliação da incorporação para diferentes classes sociais e no aumento da fragmentação e segregação urbana, fortemente marcado pela financeirização do solo urbano.

Segundo Paulo Cesar Xavier Pereira, o fundamento dessa transformação da cidade é a forma de promoção da mercadoria imobiliária que associa a propriedade da terra com a valorização de diferentes capitais. Com isso, especulam-se menos terrenos vazios que aguardam investimentos públicos e privados para sua valorização e mais rendimentos futuros dos novos “artefatos arquitetônicos e urbanos globalizados” nas bolsas de valores que passaram “a movimentar internacionalmente no setor imobiliário mundial volumes de capital, anteriormente inimagináveis” (PEREIRA, 2011, pp. 29, 30). Nesse sentido, não basta argumentar que os interesses dos agentes imobiliários se fundam na especulação ou são improdutivos, mas reconhecer que eles foram responsáveis por um novo padrão de cidade no qual se atribui “um novo sentido à urbanização, à produção do espaço e às cidades: momento em que se completa a subordinação do espaço ao capital” (ibidem, p. 26).

À luz das questões expostas acima, este artigo pretende discutir e problematizar a resistência e a permanência da Casa Amarela, construída pelo italiano Angelo de Bortoli, em 1921, que hoje abriga um centro cultural e de exposições, de propriedade da artista plástica Janice De Piero, tombada pelo Patrimônio Histórico de São Paulo (2021), no bairro da Vila Romana, caracterizado como um bairro industrial e por uma tipologia residencial predominantemente horizontal, no qual podem-se perceber os impactos negativos do recente avanço do processo de verticalização na paisagem urbana e na realidade social dos antigos moradores.

A PERMANÊNCIA DA CASA AMARELA NO TEMPO

A Casa Amarela se constitui de humanidades, possui uma alma coletiva, pois na interioridade de suas paredes habitam memórias e histórias vividas por muitas famílias que remetem ao significado do lugar

em que foi construída: o bairro da Vila Romana⁴. Para Martin Heidegger a palavra *bauen* (construir) aponta para significações vinculadas à existência, assim como, o gesto de “Habitar” é compreendido pelo autor como um “permanecer com as coisas” modulado pela poesia e pelo pensamento (HEIDEGGER, 1971, pp. 73, 74).

Na esteira dos arquitetos fenomenólogos⁵, a gênese da arquitetura se encontra no reconhecimento do “lugar”, pois, o homem, antes de suprir sua necessidade de abrigo, colocou uma pedra sobre um terreno desconhecido e, a partir desse gesto simples, mediu e modificou o espaço. O arquiteto Vittorio Gregotti (2005) denomina “modificação” o processo que sinaliza o pertencimento do sujeito ao mundo, a partir da inserção do projeto arquitetônico num “todo” preexistente, com capacidade de transformar parte desse sistema e provocar uma alteração no conjunto. Por meio da “modificação”, o “lugar” é transformado em arquitetura que “realiza o ato simbólico original de estabelecer contato com a terra, com o ambiente físico, com a ideia de natureza enquanto totalidade” (GREGOTTI, 2005, p. 123).

Figura 1: Fachada da Casa Amarela.



Foto: Marina Deppieri.

Figura 2: Jardim da Casa Amarela.



Foto: Maria Fernanda A. S. Vegro.

- 4 Em 2005, uma carta foi deixada debaixo da porta da Casa Amarela narrando a história de uma família que residiu na casa nos anos 1940. Esse evento despertou o interesse da herdeira da casa Janice de Piero buscar relatos de descendentes de famílias italianas que moraram na casa, narrando fatos e acontecimentos significativos para elas como casamentos, nascimentos, trabalho nas indústrias, etc. que elucidam memórias afetivas e a imaginação.
- 5 A fenomenologia é uma filosofia associada principalmente aos nomes de Edmund Husserl e Martin Heidegger, de natureza introspectiva contrasta com o desejo de objetividade do positivismo. Para os arquitetos que utilizam essa abordagem em suas pesquisas, a fenomenologia trata de “olhar, contemplar” a arquitetura a partir da consciência que a vivencia, com o sentimento arquitetônico em oposição à análise das propriedades e proporções físicas da construção ou de um quadro de referência estilístico.

Nesse sentido, o arquiteto finlandês Juhani Pallasmaa (2005) chama a atenção para a perda de comunicação da arquitetura na contemporaneidade, porque a eficiência do projeto encontra-se na sua capacidade de simbolizar a presença humana; assim, não se relaciona com forma “em si”, mas, com a possibilidade da criação para as pessoas de imagens ricas em associações. Para Pallasmaa ciência e tecnologia muitas vezes limitam a atitude intelectual dos arquitetos, e por isso, há a necessidade de realizar uma experiência espacial mais profunda que envolva os pares: coletivo/individual, mental/físico, cultural/biológico, apoiada na memória e na imaginação, carregada de força emocional, pois “a forma somente age sobre nossos sentimentos por meio do que ela representa” (PALLASMAA, 2005, pp. 483, 484).

Diante desses fatos, sem dúvida, a Casa Amarela possui capacidade de simbolizar e significar o lugar no qual está situada a partir de narrativas de vida, memórias, da imaginação, ações culturais e práticas políticas. Portanto, há que recuar no tempo para compreender sua historicidade e sua permanência insólita no cenário contemporâneo, momento em que se torna possível perceber a invasão do seu bucólico jardim pela “asa da sombra” de um grande condomínio (fig. 2) “envolto no castelo de andaimes como um amontoado confuso de tábuas, cordas, baldes, peneiras, tijolos, massas de areia e cal” e o céu nas suas janelas murado (CALVINO, 2011, p. 93).

A vocação da Casa Amarela testemunhar o tempo inicia-se com a construção singela, realizada pelo italiano Angelo de Bortoli⁶, em 1921, no bairro da Vila Romana — loteamento planejado nos anos 1880, caracterizado pela forte presença de chácaras e de italianos — no alto de uma colina, rodeada de vacas, galinhas, hortas, pomares e algumas outras casas. Suas janelas alcançavam distantes horizontes, suas portas viviam abertas, por onde as crianças circulavam livremente. Atrás da casa havia um tanque comunitário onde as mulheres lavavam as roupas. Ao redor da casa não havia muros, nem cercas; era um lugar de acesso comum. A casa ficava dentro de um sítio e ocupava o local de um antigo estábulo⁷.

Com fachada estilo neoclássico (fig. 1), na área interna da casa havia três cômodos, e na área externa, um banheiro, o tanque coberto, o quintal e uma cocheira. A Casa Amarela tornou-se uma habitação de aluguel, hospedeira das muitas famílias de imigrantes italianos que chegavam à

6 Angelo desembarcou no porto de Santos em 1880 e depois rumou para São Paulo. Seu primeiro trabalho foi como “doméstico” em uma casa de família, fazendo vários tipos de serviço, até juntar dinheiro para comprar um “tílburí” (carro de praça tirado por cavalos), e tornar-se motorista. Cf. narração da bisneta de Angelo de Bortoli, Janice de Piero.

7 Cf. relato de familiares.

cidade de São Paulo diretamente da Itália ou provenientes das lavouras de café no interior de São Paulo, principalmente entre os anos 1920 e 1940, desejosos de conquistar melhores condições econômicas e sociais com o trabalho nas indústrias.

Durante esses anos, na capital paulista, a população urbana cresceu significativamente, e esse incremento populacional caminhou de mãos dadas com o desenvolvimento industrial, a substituição gradativa das importações e o processo de urbanização, inseridos num projeto mais amplo de modernização do país. De acordo com o anuário estatístico de 1977 elaborado pelo IBGE, “A população do município passa de 579.033 habitantes em 1920 para 1.326.261 habitantes em 1940” (VARGAS; ARAUJO, 2014, pp. 136, 137).

Alguns fatores fomentaram o início da urbanização e industrialização do bairro da Vila Romana, como a chegada da primeira companhia de estradas de ferro de São Paulo, a São Paulo Railway, na Lapa de Baixo, inaugurada em 1867, para levar a produção de café do oeste paulista para o porto de Santos, que passava ao lado do bairro e gerava grande fluxo de pessoas e cargas.

Essa malha ferroviária incentivou a instalação de pequenas e grandes indústrias nos grandes quarteirões do bairro, com cerca de 10 mil m², como, por exemplo: a Fábrica de Louças Santa Catharina (1913–1939), vendida para o Grupo Matarazzo (1927) e que posteriormente se tornou a fábrica de biscoitos Petybon, as Indústrias Brasileiras de Lápiz Fritz Johansen S.A. (1925), a primeira fábrica de lápis da América Latina, vendida em 1972 para o grupo Gillette, que manteve a marca até 1979, a Companhia Melhoramentos (1923), que se beneficiaram também da proximidade do rio Tietê para a provisão de água para a alimentação de suas caldeiras (ORIGEM, 2020, p. 328).

Cabe ressaltar que, entre os anos de 1930 e 1940, o processo de industrialização no Brasil consolidou-se a partir da instalação “de um núcleo básico de indústrias de bens de produção, assim como na redefinição do papel do Estado em matéria econômica, visando tornar o polo urbano-industrial o eixo dinâmico da economia” (MENDONÇA, 1986, p. 15).

No curso desses acontecimentos, a Casa Amarela começou a receber a companhia de outras casas⁸, e, no final dos anos 1950, o bairro da Vila Romana passou por uma nova fase de planejamento urbano com a demarcação de suas ruas para permitir o acesso das moradias à via pública, realizada pela Companhia City. As casas construídas nesse período eram em grande

8 Inclusive duas idênticas a ela. Cf. relato da proprietária da casa, Janice de Piero.

parte geminadas, com um quintal com árvores frutíferas, e era muito comum mais de uma família compartilhar a mesma moradia (VILA, 2022). A rigidez geométrica das novas ruas modificou o espaço geográfico do território original, e a Casa Amarela, que antes era parte integrante de um sítio, tornou-se uma casa de esquina, no cruzamento das Ruas Camilo e Sepetiba.

A Casa Amarela testemunhou transformações na cidade de São Paulo e no país, como a passagem da economia predominantemente rural e agroexportadora para a primeira fase do processo de industrialização, que incorporou o bairro da Vila Romana à cidade, caracterizado como um bairro operário, representativo do nascente empresariado nacional. Vale mencionar que não havia na região vilas operárias, condição que possibilitou a dinamização da vida social no bairro, que contava com festas, jogos de futebol, associações de ajuda mútua, cooperativas, bandas de música, carnaval, feiras e um comércio bastante diversificado.

Porém, entre os anos 1956–1964 ocorreu no Brasil a implantação da “industrialização pesada”, que tinha a cidade de São Paulo como principal polo industrial, solicitando “gigantescas economias de escala, maciço volume do investimento inicial e tecnologia altamente sofisticada” nas mãos das grandes empresas oligopolistas dos países centrais (MELLO, 1982, p. 112). Desse modo, o capital estrangeiro foi amplamente favorecido pelas políticas econômicas, e as indústrias produtoras de bens de consumo duráveis e bens de capital assumiram papel central no processo de acumulação capitalista.

Então, as indústrias presentes no bairro da Vila Romana, certamente passaram a enfrentar grandes dificuldades, principalmente com a entrada de empresas transnacionais e o aumento da concorrência, que implicou na redução de seu mercado. Também, durante a industrialização pesada, devido à implantação da indústria automobilística, o eixo rodoviário ganha centralidade em detrimento da malha ferroviária.

O período da ditadura militar (1964–1985) marcou um novo paradigma na economia brasileira, fortemente dinamizada com a exportação de produtos industriais (dependente da economia mundial), concomitante com estratégias das multinacionais e com uma gigantesca concentração de renda e o aumento da dívida externa do país.

Já nas décadas de 1980 e 1990 devido à abertura comercial e financeira no Brasil, o acirramento da competição interna e externa, a privatização em segmentos industriais e a sobrevalorização da taxa real de câmbio entre 1995–1998 houve uma “perda de peso relativo das indústrias no PIB” que marcou de modo inequívoco um processo de desindustrialização no país (BONELLI, 2008).

Nesse momento, a Casa Amarela assistiu ao início de um movimento de desindustrialização e de descaracterização da Vila Romana como bairro operário para um bairro predominantemente de serviços.

Não por acaso, imbricada com questões econômicas e políticas do país que se refletiram no bairro da Vila Romana, entre os anos 1980 e a primeira metade dos anos 1990, a Casa Amarela passou por um processo de deterioração, com a falta de cuidados e reparos que lhe conferiu um aspecto de abandono.

Todavia, em 1993 a casa passa a ser habitada pela bisneta de Angelo de Bortoli, Janice de Piero, que, com recursos próprios, paulatinamente inicia a restauração do imóvel. É a partir dessa iniciativa que a casa ganha visibilidade e se transforma num polo vivo de difusão da cultura, discussões e mobilizações dos moradores do bairro.

Sem dúvida, grande parte do avanço do processo de verticalização residencial na metrópole paulista, em terrenos que outrora possuíam ocupação horizontal residencial ou industrial, deve-se ao fato, de a produção do solo urbano servir como lastro para o processo de financeirização, não somente em áreas da cidade onde os terrenos são mais valorizados, mas, também nas suas periferias.

Como afirma Leda Maria Paulani (2009), a crise do capitalismo atual sinaliza a centralidade da esfera financeira sobre a produtiva, pois a produção real se encontra subjugada à lógica da valorização financeira, o que implica na busca por parte de administradores de grandes grupos pela rentabilidade do mercado financeiro na esfera produtiva, mas, também não se pode descartar a possibilidade de parte desse capital fictício buscar valorização independentemente da valorização da esfera produtiva, por meio da “engenharia” dos derivativos de ativos que esses ganhos possibilitam.

Essa reprodução fictícia do capital encontra ressonância também na atualização da propriedade privada, que resulta na destruição física de lugares significativos para populações e na produção de novas localizações com grandes possibilidades de ganhos de rendas futuras, tanto para investidores nacionais como estrangeiros.

Por isso, nos últimos anos, no bairro Vila Romana, indústrias enormes como a Petybon, a Companhia Melhoramentos de São Paulo, que ocupava dois quarteirões, e pequenas residências deram lugar a grandes empreendimentos residenciais verticais, de diversas incorporadoras, atraídas pelos atributos materiais e imateriais do bairro.

No início dos anos 2000, todas as fábricas e indústrias que simbolizavam camadas históricas do antigo bairro operário, foram impiedosamente

demolidas por empreendedores imobiliários ávidos por lucros e rendas de todo o tipo, promovendo sentimento de indignação e repúdio entre a população local.

Em 2016, rumores da possível demolição da antiga fábrica de salsichas Simon (desativada havia muitos anos), situada perto da Casa Amarela, se confirmaram em consonância à compra das casas do entorno, por parte dos agentes imobiliários. Um clima de insegurança e apreensão se instaurou na região. Nesse ambiente de tensão e muita angústia para a população local, foi que surgiu a necessidade do pedido do tombamento da Casa Amarela, tema que será tratado a seguir.

A CASA AMARELA: EXPERIÊNCIA DA MEMÓRIA E O TOMBAMENTO

A política de patrimônio cultural no Brasil dispõe do tombamento como um ato jurídico administrativo que tem por objetivo salvaguardar bens materiais e imateriais móveis ou imóveis que possuam valor cultural, histórico, arquitetônico, artístico, afetivo ou natural que se vinculam também à identidade de uma dada comunidade, à memória coletiva, assim evitando sua destruição ou descaracterização (BRASIL, 1988). Porém, vale destacar a complexidade do processo de tombamento, na medida em que sua efetivação depende de uma “escolha” que não deve ser tomada de forma arbitrária ou implicar em interesses de classe, pois os principais envolvidos nesse processo são os indivíduos que compõem a coletividade.

A Casa Amarela abrigou gerações de famílias italianas e ao longo dos anos acompanhou transformações históricas, sociais, econômicas e políticas no país que se refletiram na escala do bairro. Por isso, como afirma Françoise Choay, “nós podemos viver sem [a arquitetura], adorar nosso Deus sem ela, mas sem ela não podemos nos lembrar” (CHOAY, 2001, p. 139).

Para reforçar o direito à memória, em 2015, foi inaugurada na Casa Amarela a exposição *De casa a caso*, uma grande instalação ocupando todos os cômodos da casa com documentos, fotos, objetos, móveis e vestuários antigos de familiares e vizinhos. A existência de uma caçamba posicionada entre a área externa e interna da casa, representava simbolicamente o iminente perigo de destruição da edificação. A exposição foi um grande sucesso e contou com a presença de mais de 500 visitantes. Famílias inteiras se mobilizaram para conhecer o espaço.

Sem dúvida, na esteira de Maurice Halbwachs (2003), histórias, narrativas de vidas que constituem a memória individual são pilares que sustentam a memória coletiva e envolvem imagens do passado entrelaçadas

com a materialidade das cidades, visto que “se, entre as casas, as ruas e os grupos de seus habitantes houvesse apenas uma relação muito acidental e de curta duração, os homens poderiam destruir suas casas, seu bairro, sua cidade”, mas, “quando um grupo humano vive por muito tempo em um local adaptado a seus hábitos, não apenas a seus movimentos, mas também seus pensamentos se regulam pela sucessão de imagens materiais que os objetos exteriores representam” (HALBWACHS, 2003, p. 163).

Em 2017, o processo de tombamento da Casa Amarela foi aberto junto ao Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (Compresp) e em 2021 o tombamento foi concedido à proprietária da casa, Janice de Piero. De acordo com o Compresp, sua decisão considerou principalmente “o caráter ‘cultural, artístico e em especial afetivo’ da casa para a população” (MENGUE, 2021).

No entanto, o tombamento não foi suficiente para impedir a construção recente de um edifício de dezesseis andares em frente à Casa Amarela (fig. 2), que tem causado grandes abalos em sua estrutura, situação agravada pelo aumento do tráfego de grandes caminhões, suas manobras bruscas e solavancos que causam trepidações e rachaduras nas paredes da casa. Também, pela falta de espaço nas manobras para esses veículos, a calçada da Casa Amarela se encontra frequentemente danificada.

Certamente, o tombamento da casa assegura a preservação da memória coletiva e se relaciona diretamente com história vivenciada pela comunidade local para garantir o acesso das gerações futuras aos bens do passado e à formação da sua identidade, mas, esse acesso envolve questões urbanas conflitivas com o avanço do processo de verticalização, como, a ausência de legislação para a realização, por parte das incorporadoras e do poder público, de estudos aprofundados dos impactos das construções no ambiente urbano, considerando desde a gestão e destinação dos resíduos sólidos, o abastecimento de água e o saneamento, os transportes e a mobilidade urbana, impactos ambientais nos espaços públicos e na paisagem, até a negligência para com o patrimônio histórico, natural e arquitetônico⁹.

À luz desses fatos, vale a pena lembrar as palavras de Henri Lefebvre, que compreende a cidade inserida num “campo de tensões e conflitos, como lugar dos enfrentamentos e confrontações, unidade das contradições” (LEFEBVRE, 2002, p. 10).

9 Vale mencionar aqui a outorga onerosa que constitui uma contrapartida financeira paga à prefeitura de São Paulo por parte das empresas imobiliárias para a permissão de se construir acima do Coeficiente de Aproveitamento (CA) Básico de um determinado terreno. Com esse aval do poder público, as incorporadoras caracterizam bairros, construindo muitas vezes gigantescos empreendimentos que causam muitos dos impactos citados acima.

Isto posto, a seguir este artigo discutirá o significado do “ato de resistir” às consequências perversas da dominância dos interesses capitalistas na produção do solo urbano e o papel da Casa Amarela como eixo organizador de lutas políticas, difusão artística e cultural.

O ATO DE RESISTIR À SOMBRA DOS GRANDES CONDOMÍNIOS

De acordo com o *blog* da incorporadora Tecnisa (2020), que divulga diversos lançamentos na Zona Oeste da cidade de São Paulo, o bairro da Vila Romana é descrito “com clima de interior em meio o agito da capital paulista”. Muitos são os atributos para a venda em planta de novos apartamentos em condomínios na região, como, por exemplo: ruas planas e arborizadas, opções de lazer e entretenimento, mobilidade e facilidade de acesso em São Paulo, educação para toda a família, tranquilidade e qualidade de vida, um bairro com história para contar, gastronomia, ótimo bairro para investir na capital de São Paulo, as especificidades atrativas do empreendimento e as casas com arquitetura do século XX.

Se a razão instrumental cedeu lugar ao cinismo, o último atributo de venda de apartamentos refere-se à “charmosa Casa Amarela” e conta com uma breve descrição de sua história. Mas, como a Casa Amarela pode se transformar em um atributo de venda de apartamentos de uma grande incorporadora financeirizada, se ela é testemunha viva dos abalos, mazelas, pressões psicológicas, mecanismos estratégicos de expulsão de moradores (principalmente dos moradores antigos e idosos) do seu entorno? Se hoje perdeu de vista o céu com a presença agressiva na paisagem urbana de um gigantesco edifício alto padrão?

O fato é que, desde o início dos anos 2000, o bairro da Vila Romana tem participado do avanço do processo de verticalização na cidade de São Paulo, e que o marketing imobiliário para despertar o desejo no consumidor se apropria das qualidades dos bairros já consolidados, ao mesmo tempo que cria mundos idealizados, apaziguadores, que prescindem do dissenso.

De acordo com estudos Centro de Estudos da Metrópole (CEM), entre 2000 e 2020 a verticalização da cidade de São Paulo tem avançado de forma galopante. Caracterizada por uma tipologia residencial predominantemente horizontal, com exceção da área central, das encostas do espigão da Avenida Paulista e da área de expansão de alta renda a sudoeste, nos últimos anos, houve uma inflexão para o predomínio da verticalização residencial na capital paulista. Em 2000, as residências (horizontais)

representavam 1,23 milhão de imóveis, em 2020 esse número passou a 1,37 milhão, um aumento modesto de 11,8%. Porém, os apartamentos saltaram de 767 mil unidades em 2000 para expressivos 1,38 milhão em 2020, uma explosão de 80% no período. Os verticais médios se tornaram dominantes no final dos anos 2020 em número de unidades, e em área construída, sobrepondo-se aos horizontais de médio padrão (MARQUES; MINARELLI, 2021, pp. 9, 10).

Tal cenário implicou na demolição de importantes fábricas da região no início dos anos 2000. Primeiramente foi a fábrica da Petybon — antiga Fábrica de Louças Santa Catharina — que ocupava dois quarteirões, e em seguida mais dois quarteirões da fábrica da Companhia Melhoramentos de São Paulo. Como já mencionado, a Vila Romana se caracterizava como um bairro operário e a presença física e memorial dessas gigantes cas construçōes era parte integrante do seu meio social.

A fábrica da Companhia Melhoramentos era referência na região e, por isso mesmo, um espaço de grande valor histórico, cultural e social apreciado e estimado pela população local. Entretanto, parte da fábrica que ocupava um quarteirão, com suas altíssimas vedações de concreto, foi ao chão, fato que desencadeou uma incontrollável reação coletiva, e logo, moradores indignados com a demolição passaram a participar de rodas de conversas nas esquinas, padarias e locais de convivência.

Sob tais condições e com o assédio dos moradores do bairro pelas incorporadoras para forçar a venda de suas casas, surge o movimento social Mover (Movimento de Oposição à Verticalização Caótica e pela Preservação do Patrimônio Histórico, arquitetônico e cultural da Lapa).

Segundo Leonardo Mello da Silva (2011), desde seu início, o Mover rechaçou a proposta de se constituir como pessoa jurídica. Porém, o movimento representou um “exemplo de uma tendência mais geral de associativismo de bairro que alarga o espaço de participação cidadã nos assuntos da cidade”. Ainda de acordo com o autor, a visibilidade pública do movimento foi enormemente favorecida pela imprensa local, sobretudo o Jornal da Gente e grande parte de sua rede de apoio foi formada por

associações de moradores, especialmente de classe média¹⁰, que se aglutinaram em torno do movimento Defenda São Paulo, que forneceu o apoio jurídico e uma base para prováveis alianças.

Não por acaso, o Mover estabeleceu sua sede na centenária Casa Amarela da Vila Romana, que, na época, configurava-se apenas como ateliê e residência, transformada em uma casa-referência de lutas e resistência. A partir dos anos 2000, a casa se abriu à comunidade local e contou com a contribuição de intelectuais, como, por exemplo: urbanistas, geógrafos historiadores, educadores, jornalistas, que, além de compartilharem seus conhecimentos, instigaram reflexões e debates a respeito das questões urbanas, fundamentaram as atuações do grupo junto aos órgãos públicos e à comunidade local, e ainda orientaram o movimento, no sentido de suas possíveis contribuições para o Plano Diretor da cidade.

No primeiro momento, o Mover incluiu nas suas pautas, a luta pela preservação do último galpão que ocupava o segundo quarteirão da fábrica Melhoramentos. Com um abaixo assinado reunindo mais de duas mil assinaturas, o movimento solicitou o tombamento dessa área junto ao Compresp, que optou por tombar somente o escritório da empresa, pouco relevante para a comunidade local.

Ainda antes da demolição do último galpão da Melhoramentos, na esperança de conquistar seu tombamento pleno, o Mover, com o apoio de outras associações de bairro e dos movimentos sociais Defenda São Paulo e Preserva São Paulo, organizou a ação “O Grande Abraço na Melhoramentos”, que reuniu intelectuais e grande parte da população local. As paredes da fábrica foram embaladas por uma tarja preta de tecido, e os participantes do ato se posicionaram de mãos dadas em um grande abraço ao redor da fábrica¹¹ (figs. 3, e 4). Muitas frases de repúdio e indignação foram pichadas sobre o tecido preto, mas, apesar desse manifesto, a Compresp manteve a decisão de tombar unicamente o escritório da empresa.

10 Outras associações de moradores de classe média presentes em bairros como Pinheiros e Vila Mariana, com o intuito de impedir a verticalização agressiva e a transformação da paisagem urbana, também têm chamado a atenção da imprensa e da mídia. Embora, esse movimento receba a denominação de *Mindy*, acrônimo de “*not in my back yard*” (não no meu quintal), que apareceu nos Estados Unidos nos anos 1970 para protestar contra os impactos negativos do lixo tóxico de uma petroquímica, essa expressão também sinaliza a defesa e proteção da propriedade privada. No caso da Vila Romana, que conta com diferentes estratos de renda média, o que se verifica é um processo de espoliação urbana que não atinge somente as classes de baixa renda, mas envolve também moradores de classe média baixa que se veem obrigados a viver em bairros distantes do centro da cidade, muitas vezes periféricos.

11 Criação do artista plástico Osmar Beneson, residente no bairro.

Pouco antes do ato citado acima, os moradores do bairro já haviam sentido a falta de um relógio, de tamanho grandioso, colocado no alto da edificação da fábrica, que era um marco para a comunidade local, que foi removido pela Companhia Melhoramentos de São Paulo. Então, coube ao Mover levar o caso ao Ministério Público de São Paulo (MPSP), que solicitou à Companhia Melhoramentos a devolução do relógio, considerado um bem público, de grande valor histórico e afetivo.

Em 2004, um evento artístico e comunitário foi proposto pelo Mover na praça Diogo Amaral, na Vila Romana, associado ao movimento de resistência contra a verticalização de outros bairros subjacentes, como, Vila Anglo, Pompeia e Bairro Siciliano, denominado “Pinta lá na Praça”, que reuniu música, artes, atividades infantis e história com o objetivo de promover a cidadania e resgatar o sentimento de pertencimento da população local.

O Mover também chegou a fazer um plano urbanístico para o bairro da Vila Romana, que foi apresentado na Câmara Municipal de São Paulo, com a presença de dezenas de moradores da região.

Figura 3: grande abraço na Melhoramentos.



Foto: Leonardo Mello e Silva.

Figura 4: grande abraço na Melhoramentos.



Foto: Leonardo Mello e Silva.

Nesse ponto, cabe ressaltar o alargamento das ações do Mover, como, por exemplo: sua visibilidade na mídia e a participação ativa em palestras, fóruns diversos e eventos culturais que reforçaram a defesa dos objetivos do movimento e a prática da cidadania. Todavia, após dez anos de existência com poucas conquistas e inúmeros esforços, o movimento esmoreceu e perdeu sua genuína força coletiva.

De acordo com o sociólogo Leonardo Mello da Silva (2011), morador da Vila Romana e participante do Mover “o formato protocolar e burocrático” com que o movimento foi tratado pela subprefeitura da Lapa e pelos órgãos do governo municipal, demonstrou um apoio quase nulo às iniciativas cidadãs que “tomam para si a responsabilidade que deveria ser do próprio Estado”. Silva, também chama a atenção para o estímulo que o Mover promoveu para o aparecimento de novas iniciativas com objetivos similares, como, por exemplo: o movimento Viva SP, cujo propósito é a defesa do patrimônio histórico da cidade como um todo. Por outro lado, algumas associações de moradores também foram sensibilizadas a incluir nas suas pautas a luta antiverticalização, devido à visibilidade pública conquistada pelo Mover.

No entanto, continuam a ocorrer desdobramentos das ações de resistência do Mover na Casa Amarela que surgem na forma de Coabitações, isto é, ações voluntárias e colaborativas, como, por exemplo: exposições, clubes de leitura, palestras, apresentações e performances gratuitas e abertas ao público geral. No projeto Coabitações, a casa é oferecida para a prática de compartilhamentos, na forma de ações culturais voltadas para um público heterogêneo. Artistas e intelectuais atuam na Casa Amarela e apresentam uma diversidade de atividades culturais e artísticas, expandindo tanto os campos da reflexão e da crítica, como os relacionais, intelectuais, estéticos e sensoriais dos participantes.

Paralelamente às coabitações, ocorrem exposições que primam pela divulgação de temas relacionados à ancestralidade, memória, patrimônio histórico, apagamentos, vulnerabilidades e disputas territoriais. Elas são realizadas pela artista Janice de Piero, herdeira do imóvel. As obras consolidam posições de resistência, criam lugares de fala, de troca e de atenção sobre a casa centenária e seu entorno. Grandes instalações de arte interagem com o corpo material e simbólico da arquitetura.

Como já mencionado neste artigo, a exposição *De casa a caso* (2015) foi de grande importância para a Casa Amarela, pois fotografias e depoimentos que resgatavam a memória dos moradores da Vila Romana foram agregados à documentação solicitada pelo Compresp para reforçar o processo de tombamento da casa.

Também, dentre muitas exposições já realizadas na casa, um dos exemplos que merece destaque é a exposição *Onde a casa mora?* (2018), coordenada pela artista Janice de Piero, que reuniu vizinhas, antigas moradoras da Vila Romana que vivenciaram a cartografia de um bairro operário e, na altura, sofriam fortes pressões por parte das incorporadoras para venderem seus imóveis. O espaço expositivo no interior da Casa Amarela contou com um mapa construído com a união de fios que representava a medição do perímetro de seis casas vizinhas. Esse território simbólico foi preenchido com estampas das roupas usadas durante o ato de medição realizado pelas moradoras (fig. 6). Também, seis vestidos de *voil* compuseram uma instalação que representava o corpo/casa de cada moradora e seus endereços foram bordados nos bolsos para indicar um lugar identitário¹².

Figura 5: projeto Coisas do Saber.



Foto: Janice de Piero.

Figura 6: mapa de fios.



Foto: Janice de Piero.

Esse trabalho se expandiu para o espaço público com o projeto “Coisas do Saber”, que recolhia relatos orais das moradoras, sobretudo, dos modos de vida da Vila Romana antiga e dos pontos de convivência, transformados em pequenos textos impressos sobre adesivos, fixados nos postes das ruas do bairro (fig. 5).

A partir das questões discutidas acima, torna-se possível identificar, por meio das iniciativas do Mover, nos seus desdobramentos no âmbito cultural e na posição que a Casa Amarela ocupa no território, ou seja, como um espaço híbrido público/privado, residência e ao mesmo tempo, aberta à população, a construção de experiências democráticas, de pertencimento, resgate de identidades e exercício da cidadania. No que diz respeito à

¹² A descrição completa das exposições e ações da Casa Amarela pode ser visualizada no site www.janicedepiero.art.br.

arquitetura da casa, ela possui a potencial de “modificação”, pois o lugar é transformado e realiza uma conexão com a história, a sociedade, enfim, com os laços que unem os indivíduos.

Nessa perspectiva, vale a pena voltar aqui ao *blog* da incorporadora Tecnisa para a divulgação fantasiosa de um condomínio no bairro da Vila Romana e observar a posição da Casa Amarela como atributo para a venda de apartamentos, descrita pelo marketing imobiliário, da seguinte forma:

A casa centenária é considerada por muitos um espaço de memória, cultura e arte. É tanto que hoje funciona como um centro de exposições de cultura. Foi um local que no passado acomodou inúmeros imigrantes italianos e recém-chegados a São Paulo, motivo de orgulho para os descendentes de seu construtor que buscam preservá-la como patrimônio histórico. (TECNISA, 2020)

O grande paradoxo da citação acima é que, sob a lógica da mercadoria, os processos sociais, históricos, assim como a memória, os significados simbólicos e os processos de afirmação de identidade são simplesmente aniquilados pelos interesses capitalistas. Construções são erguidas e novas localizações são criadas a partir da tábula rasa.

CONCLUSÃO

Como se pode observar, no decorrer deste artigo, a liberação de terras em bairros já consolidados — como o exemplo da Vila Romana — principalmente para atração de novos perfis de moradores com renda mais elevada e a espoliação de populações para a construção de grandes empreendimentos imobiliários, representa uma marca do capitalismo financeiro, que, apesar de atingir amplamente camadas sociais vulneráveis economicamente, também precariza estratos de renda média baixa. Nesse sentido, o interesse das empresas imobiliárias na terra urbana e nas suas rendas e a atualização da propriedade privada assumem um papel estratégico na dinâmica capitalista.

Tal quadro justifica a presença da Casa Amarela no tempo como ponto de referência para a comunidade local, seja para difusão cultural ou práticas de cidadania que vão muito além do direito ao voto ou da expressão verbal, mas que tratam a cidade como obra humana coletiva, pois o

direito à cidade transcende a colocação de objetos no espaço, vinculando a arquitetura e o urbanismo à qualidade das relações sociais estabelecidas, à história, à produção de sentidos, modos de vida, valores e respeito à natureza. Talvez esse seja o significado do “ato de resistir” da Casa Amarela à concepção de cidade como negócio altamente atrativo para os capitalistas vorazes.

REFERÊNCIAS

- BONELLI, Regis. “Industrialização e desenvolvimento: notas e conjecturas com foco na experiência do Brasil”. Conferência de Industrialização, Desindustrialização e Desenvolvimento, Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, 2008.
- _____. *A especulação imobiliária*. São Paulo: Nova Fronteira, 1986.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília: Diário Oficial da União. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso: 22 jan. 2023.
- CALVINO, Italo. *A especulação imobiliária*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Editora Unesp, 2001.
- GREGOTTI, Vittorio. *O território da arquitetura*. São Paulo: Perspectiva, 2010.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.
- HEIDEGGER, Martin. *Poetry, language, thought*. Nova York: Harper&Row, 1971.
- LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
- MARQUES, Eduardo; MINARELLI, Guilherme. “Trajetória do estoque residencial formal, Município de São Paulo, 2000/2010”. *Notas técnicas*, Centro e Estudos da Metrópole, 5 jul. 2021. Disponível em: https://centrodametropole.fflch.usp.br/sites/centrodametropole.fflch.usp.br/files/cem_na_midia_anexos/01-nota_tecnica_estoque_residencial_1.pdf. Acesso: 15 jan. 2023.
- MELLO, João M. C. *Capitalismo tardio*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- MENDONÇA, Sonia Regina de. *Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- MENGUE, Priscila A. “Bisneta preserva casa centenária de imigrante italiano”. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 27 nov. 2021.
- “ORIGEM da Lapa remonta aos primórdios do povoamento de São Paulo de Piratininga”. Prefeitura de São Paulo, subprefeitura da Lapa, histórico. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/lapa/historico/index.php?p=328>. Acesso: 5 fev. 2023.

- PALLASMAA, Juani. “A geometria do sentimento: um olhar sobre a fenomenologia da arquitetura”. In NESBITT, K. (org.). *Uma nova agenda para a arquitetura: antologia teórica (1965–1995)*. São Paulo: Cosac Naify, 2006.
- PAULANI, Leda M. “A crise do regime de acumulação com dominância da valorização financeira e a situação do Brasil”. *Estudos avançados*, São Paulo, v. 23, n. 66, pp. 25-39, 2009. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ea/a/sM4rKFKCQNc4wr634RBxMmC/>. Acesso: 22 jan. 2023.
- PEREIRA, Paulo C. Xavier. “Agentes imobiliários e reestruturação: interesses e conflitos na construção da cidade contemporânea”. In _____ (org.). *Negócios e transformações sócio-territoriais em cidades da América Latina*. São Paulo: FAU-USP, 2011, pp. 23-31.
- ROLNIK, Raquel. *A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. São Paulo: Studio Nobel, 1997.
- SILVA, Leonardo e M. “Qualidade de vida, opinião pública e ação de bairro. A trajetória do movimento antiverticalização em São Paulo”. *Revista Crítica de Ciências*, n. 92, pp. 99-123, 2011. Disponível em: <http://journals.openedition.org/rccs/3992>. Acesso: 30 dez. 2022.
- TECNISA. “Conheça 8 benefícios de morar no bairro Vila Romana”. Blog, 15 dez. 2020. Disponível em: <https://www.tecnisa.com.br/blog/wl/morar-na-vila-romana/>. Acesso: 1 mar. 2023.
- _____. “Seis curiosidades que a Vila Romana em SP conta”. Blog, 10 dez. 2020. Disponível em: <https://www.tecnisa.com.br/blog/wl/fatos-sobre-a-vila-romana/>. Acesso: 1 mar. 2023.
- VARGAS, Heliana; ARAUJO, Cristina P. “Habitação e dinâmica imobiliária em São Paulo: 1870-2010”. In _____; _____ (org.). *Arquitetura e mercado imobiliário*. Barueri: Manole, 2014.
- “VILA Romana um dos bairros mais charmosos da cidade”. *Mix Oeste*, 22 jun. 2020. Disponível em: <https://mixoeste.com.br/2020/06/22/vila-romana-um-dos-bairros-mais-charmosos-da-cidade/>. Acesso em: 22 jan. 2023.

A CASA TOMBADA: UM LUGAR PARA CULTIVAR A VIDA JUNTO

Ângela Castelo Branco¹, Giuliano Tierno²

RESUMO

Neste ensaio apresentamos a história d'A Casa Tombada, um espaço nomeado como lugar de arte, cultura e educação que nasceu na cidade de São Paulo em 2015. Refletimos sobre suas mudanças durante a pandemia de Covid-19, além de sua expansão online a partir daquele momento, nomeando-se A Casa Nuvem. Ao longo do texto são apresentadas “cenas fulgor”, conceito criado pela escritora Maria Gabriela Llansol (1994) para nomear “uma morada de imagens”, com acontecimentos que contribuíram para os principais pensamentos abordados aqui. A saber: o sentido de lugar; a escolha pelo estético convívio e a articulação entre produção cultural, práticas artísticas e práticas formativas com vistas à vinculação. Por fim, consideramos que a potência de inventar a vida num'A Casa está alicerçada na aliança entre ensino, amizade e vida familiar.

Palavras-chave: Casa. Arte. Cultura. Educação. Vinculação.

ABSTRACT

In this essay we present the history of A Casa Tombada, a space named as a place for art, culture and education that was born in the city of São Paulo in 2015. We reflect on their changes during the pandemic of COVID-19, as well as its expansion from that moment on, naming itself A Casa Nuvem. Throughout the text, scenes in fulgor are presented, a concept created by the writer Maria Gabriela Llansol (1994), to denote “an abode of images”, with events that contributed to the main reflections addressed by the text. Namely: the sense of place; the choice for aesthetic cultivation and the articulation between cultural production, artistic practices, and formative practices with a view to linking. Finally, we consider that the potency of inventing life at A Casa is grounded in the alliance between teaching, friendship, and family life.

Keywords: Home. Art. Culture. Education. Bonding.

1 Poeta e arte-educadora. Doutora em Artes pelo Instituto de Artes da Unesp. Mestre em Educação Brasileira pela Unesp. Sócia-fundadora d'A Casa Tombada – Lugar de Arte, Cultura, Educação. Criadora do curso de pós-graduação lato sensu Gestos de Escrita como prática de risco. E-mail: acastelobrancoteixeira@gmail.com.

2 Narrador e arte-educador. Doutor e mestre em Artes pelo Programa de Pós-Graduação do Instituto de Artes da Unesp. Sócio-fundador d'A Casa Tombada. Criador do curso de pós-graduação lato sensu Narração Artística: caminhos para contar histórias em contexto urbano. E-mail: giulstierno@gmail.com.

INTRODUÇÃO³

Este ensaio, escrito a quatro mãos, busca partilhar, por meio da narrativa de *cenias fulgor*, como A Casa Tombada⁴, um espaço dedicado às práticas culturais e formativas nos campos da arte, da cultura e da educação, tem sido um lugar para cultivar a vida junto.

Em primeiro lugar, vamos contar a história do surgimento d'A Casa, do seu caminho e suas transformações ao longo destes quase oito anos de existência. Entendemos que contar esta história pode ser uma forma de dar a ver os nossos modos de mantê-la em movimento.

Ao partilharmos este percurso, temos convicção de que igualmente fortalecemos a propulsão necessária para seguirmos nessa trajetória como um espaço autossustentável que busca aproximar a produção cultural, as práticas artísticas e os processos de formação, sejam estes de formato livre, extensivo ou universitário, de modo presencial ou online.

Quando dizemos autossustentável, nos referimos às condições materiais de manutenção diária das nossas práticas artísticas e/ou formativas, pois não somos sustentados por recursos contínuos, seja de mantenedor privado, seja por financiamento público. Esporadicamente somos contemplados por editais públicos de fomento na área da cultura, o que por vezes nos ajuda a ofertar atividades gratuitas. Na maior parte do tempo de sua existência, A Casa cotiza os valores envolvidos numa determinada prática (a partir de seu custo) entre as pessoas interessadas em vivenciar aquela experiência conosco, priorizando a sua realização em detrimento da acumulação de capital. Temos também um programa de bolsas de estudos integrais, com vistas a enfrentarmos as desigualdades históricas. É a confiança nas nossas intenções e de todas as partes envolvidas em determinada ação (A Casa, pessoa proponente, público interessado) que a torna realizável e sustentável.

3 Agradecemos especialmente à professora Luiza Helena da Silva Christov, inspiração maior para a abertura e continuidade d'A Casa Tombada; a todas as pessoas que ensinam e aprendem n'A Casa: limpeza, manutenção, coordenação, administração, professores, estudantes, secretaria; a todas as gentes que fazem A Casa ser uma casa boa de estar. Agradecemos também ao CPF Sesc SP, em nome do querido Edson Martins, por convidar A Casa Tombada a compor o projeto Casas: Espaços de Produções Culturais, que, por meio de nossa participação, nos permitiu conhecer muitas outras casas e contribuir para um pensamento mais aprofundado nosso e de nossos pares acerca de modelos diversos de gestão cultural.

4 Parte considerável de nossa história e de nossas ações pode ser consultada no site d'A Casa www.acasatombada.com; também é possível conhecer as produções de saberes nascidas das nossas práticas formativas no endereço <http://biblioteca.acasatombada.com.br>.

No primeiro tópico contaremos um pouco da história de formação d'A Casa Tombada e seus desdobramentos, as dobras que compõem a sua trajetória, nada reta. Já no segundo tópico, buscamos narrar algumas *cenar fulgor* ou, como definiu a escritora portuguesa Maria Gabriela Llansol (1994), de quem nos apropriamos deste conceito “a fonte oculta da vibração e da alegria, em que uma cena — uma morada de imagens —, dobrando o espaço e reunindo diversos tempos, procura manifestar-se” (p. 128), compreendendo que estas sustentam os fios invisíveis, para nós absolutamente concretos, da estrutura de gestão e de construção dos modos de estar, sentir, sustentar e pensar a produção artística e cultural, os projetos curatoriais, as ferramentas de gestão e os modelos formativos d'A Casa.

No último tópico, buscamos refletir, dando-nos a liberdade de um movimento poético-filosófico, sobre os nossos princípios que envolvem a consolidação de processos epistêmicos que têm fundamentado, sobretudo, as nossas práticas formativas ao longo destes anos.

Por fim, concluímos este ensaio pensando de que maneira A Casa Tombada pode ser um dispositivo potente para nos tornarmos quem somos e como para este fim é fundamental a vinculação.

Desejamos que este texto consiga traduzir nossa comoção ao longo destes anos, sendo um espaço alternativo, autossustentável, sustentado muitas vezes a duras penas ou, sabemos lá como pode ser nomeado um lugar como A Casa Tombada, que exige a confiança dos pares como princípio e a aliança sincera e generosa entre as partes para que a sua existência seja possível.

1. AFINAL, O QUE É A CASA TOMBADA?

Em 2015, decidimos, depois de uma trajetória como artistas, gestores e professores de arte e educação em diversas instituições públicas e privadas, que era hora de nos darmos um'A Casa, exercitarmos um território mais livre, mais ágil do ponto de vista da articulação entre projetos e pessoas, compreendendo o valor das operações administrativas, mas dando maior espaço para o encontro criativo e vivo entre as pessoas, tanto para produção cultural como para ações formativas.

Desejamos um lugar onde pudéssemos articular uma rede de pessoas capaz de sentir, pensar, dizer as relações de solidariedade entre o estudo acadêmico, as práticas artísticas, a produção cultural e a própria vida, considerando como princípio o lastro de experiências de todas as pessoas que chegavam n'A Casa, sem uma hierarquização prévia de quais são as trajetórias que importam, radicalizar na decisão de que todas as

experiências importam e devem ser respeitadas, e mais, podem ser profundas contribuições para a expansão da vida quando refletidas, contadas, escritas, partilhadas e associadas a outras trajetórias por meio das vinculações possíveis.

É importante explicitar que não havia um projeto sonhado ou desenhado para tirarmos do papel. Havia apenas e tão somente inquietações insistentes ao observar que, no paradoxo fundamental daquilo que é institucionalizado, há sempre um imenso desconforto, como se nossas palavras fossem para um lado e nossas mãos desejassem ir para outro, uma espécie de sobreposição das relações operacionais, logísticas, organizativas que nos atinge como um tipo de mal-estar ancestral/espiritual.

São as mãos nuas que, com as pontas dos dedos, com as palmas e com toda a sua sensibilidade, podem descobrir a diferença entre um objeto e uma pessoa (...). No entanto, as mãos equipadas com instrumentos não possuem a sensibilidade das mãos nuas. Não podem distinguir um objeto de uma pessoa. Tudo se tornou manipulável (...). Nas mãos armadas dos instrumentos, prevalece um estranho solipsismo: estão sozinhas no mundo e não podem mais reconhecer outras mãos. E isso é o mais perigoso, porque, se não há outra pessoa, o fazer se torna um gesto absurdo. (FLUSSER apud LARROSA BONDÍA, 2018, p. 77)

“Distinguir um objeto de uma pessoa”, “reconhecer outras mãos” e não compactuar com a naturalização do “gesto absurdo”, como nos dá a ler Flusser, nos pareceu um modo de estar no mundo a partir d’A Casa. Nossas perguntas propulsoras foram e continuam sendo: *É possível não separar o fazer do pensar e do sentir? É uma utopia inalcançável ou somos mesmos capazes de viver uma convivência ética-estética-política-poética conosco, com os outros e com o mundo?* Não são perguntas para respondermos; são, como dissemos, uma propulsão, motor contínuo de busca, bússola permanente para nortear e sulcar os nossos corpos, nossas volições, nossos encontros.

A força para darmos o passo de abertura d’A Casa veio ao encontro de duas experiências. A primeira diz respeito à ocupação de nosso quintal de casa. Há alguns anos, como também somos companheiros de vida e à época morávamos numa casa no bairro da Pompeia, na cidade de São Paulo, abríamos o nosso quintal para a partilha de saberes. Aos sábados costumávamos convidar amigos que tinham alguma trajetória de estudos, pesquisas, criações artísticas para partilharem seus saberes. A segunda

experiência, a criação do curso de pós-graduação em A Arte de Contar Histórias⁵, que acontecia em outro espaço e já estava indo para a oitava turma. Uma convivência profunda com a produção acadêmica a partir dos saberes de experiência, somado ao quintal de nossa residência, que era visitado por amigos, artistas, jovens produtores culturais, ambas as experiências nos diziam que precisávamos ir mais além.

Exatamente no dia 18 de julho de 2015, inauguramos A Casa Tombada. Ocupamos/alugamos uma casa antiga e destruída — uma iniciativa privada —, uma casa em ruínas, paradoxalmente patrimônio da memória da cidade de São Paulo, e aí iniciamos a experiência de realizar cursos de pós-graduação a partir de uma aliança com a Faconnect – Faculdades Conectadas, e também encontros com pessoas com experiências potentes na produção artística, cultural, educacional da cidade de São Paulo e de outros territórios, todas essas ações apoiadas em nossas principais atuações: criação artística e formativa com a palavra escrita e falada e as práticas das linguagens como poderosos instrumentos de emancipação de um ideário de privilégios e restrições sobre o que é ser artista e intelectual no Brasil, uma espécie de descolonização do imaginário.

Enquanto reformamos o espaço físico d'A Casa Tombada, localizado à época na rua Ministro Godói, 109, no bairro de Perdizes, na cidade de São Paulo, uma mudança se operava em nós também. Os corpos institucionalizados que trazíamos das experiências pregressas aos poucos davam espaço para uma porosidade, para um tempo outro, mais expandido.

As ideias de terminar um trabalho no prazo recorde, de sucesso, de rigor, de eficiência de gestão, aos poucos foram sendo substituídas pela necessidade de ter um corpo disponível para receber, para conversar, para olhar, para cuidar, para gestar verdadeiramente, fazer algo vivo nascer.

Um profundo aprendizado deste período foi o de que, para habitar uma casa, é preciso seguir a autoridade da casa. Pode parecer algo descolado da realidade ou até mesmo um pensamento místico, mas não é. Trata-se de uma analogia para ressignificarmos a palavra autoridade, ou seja, o direito e poder de algo ou alguém fazer-se obedecer, pelo reconhecimento de uma autoria, de uma autenticidade. Portanto, quando dizemos “seguir a autoridade da casa”, não estamos falando de rigidez, fixidez, imutabilidade, ao contrário queremos afirmar a capacidade que a arquitetura de uma casa tem de permitir que as potências da vida aconteçam. Ou seja, foi preciso descobrir a língua d'A Casa para poder conversar com ela.

5 Atualmente este curso intitula-se Narração Artística e continua a acontecer n'A Casa.

Numa casa pode faltar luz, água, chover dentro, acabar o gás para o café. Numa casa pode-se plantar o próprio chá, fazer um bolo, um pão, colher tomates. Numa casa chegam pessoas de modo inesperado. Há que parar para receber quem vem de longe e de surpresa. Há que parar para convidar o outro a entrar.

Aos poucos, a reforma da Casa era também uma reforma nossa, íntima. Foi um processo de descoberta vertical; compreendemos que para habitar é preciso descobrir as matérias do lugar, aparentemente inertes e passivas, e as palavras que nascem da experiência desse convívio. Na época, não tínhamos palavras para nomear esse afeto, mas agora sabemos, junto do antropólogo Tim Ingold (2015), que isso tem um nome. Nenhuma matéria é passiva ou inerte. É preciso atentar para os modos de existência dos materiais, pois eles também fazem coisas conosco. Não somos nós que impomos formas aos materiais. Os materiais, junto conosco, estão em movimento, em relação. Há que seguir as suas forças, compor com os fluxos.

Para começar A Casa, recuperamos pisos originais, madeiras “de lei” machucadas pelo descuido, mas que contavam a história de exploração de madeiras que hoje são ilegais, do processo de escravização do nosso povo, pois a construção d’A Casa datava da virada do século XIX para o século XX. Recuperamos os tijolos aparentes de um barro maciço que fizeram reluzir ainda mais o sol, retiramos as camadas de tintas das escadas até chegar à madeira. Como se tivéssemos devolvido algum respiro a ela. O teto foi reconstruído, as memórias das sancas de cimento preservadas, as árvores secas na entrada d’A Casa começaram a renascer.

O que era sala permaneceu sendo sala. O que era cozinha permaneceu sendo cozinha. O quintal permaneceu sendo quintal. Quarto dos fundos como quarto dos fundos. Os móveis, tal como os de uma casa. Nada no “lugar de”, “como se fosse”. Não queríamos o simulacro — marca da vida da mercantilização — o “como se fosse uma casa”, queríamos um’A Casa. Assim como na literatura, não nos interessa tanto a analogia, ou seja, uma palavra no lugar da outra, mas a imagem poética, a entrada em um *outro real possível*. (LLANSOL, 2011 p. 14)

O gesto de escrita esteve sempre muito presente n’A Casa, criando uma *arquitextura*. São tentativas de materializar uma força poética latente, de conversar por entre as paredes, as lousas e os vidros, para além da fala cotidiana. Geralmente não são textos assinados, para não criar o caráter de citação. São textos “capturados” pelo instante poético.

Aos poucos, os cursos de pós-graduação foram sendo gestados. Atualmente temos nove cursos em andamento, que nasceram de convergências

entre a pergunta *o que precisamos estudar agora?* e o encontro com pessoas pesquisadoras que estavam buscando um lugar para criar, se comprometer. São eles: *Narração Artística: caminhos para contar histórias em contexto urbano*⁶; *O livro para a infância: processos contemporâneos de criação, circulação e mediação*⁷; *A vez e a voz das crianças: escutas antropológicas e poéticas das infâncias*⁸; *A caminhada como método para a arte e educação*⁹; *Gestos de escrita como prática de risco*¹⁰; *Coordenação pedagógica, cartografias da diversidade e das singularidades na atuação coordenadora*¹¹; *A Natureza que somos: filosofias e práticas para uma atuação genuína no mundo*¹²; *Saberes populares para a arte e a educação nas vivências da carroça de mamulengos*¹³; e *Educação e relações étnico-raciais: investigações de cosmopercepções amefricanas*¹⁴. Todos esses cursos possuem uma metodologia própria, de acordo com as suas perguntas e movimentos. Mas, de modo geral, o conhecer se dá a partir do encontro entre as narrativas de si e as narrativas do mundo, sem que uma se sobreponha à outra. Sabemos que o mundo não é explicável nem está pronto; portanto, conhecer é um gesto móvel e inventivo. Há que estudar com o corpo todo e não apenas com a cabeça, com a razão. Há que trazer para perto a inquietação em torno das palavras, o desconforto de viver, a urgência em encontrar uma nova língua para desnomear o que já não faz mais sentido.

-
- 6 Coordenado por Giuliano Tierno (doutor e mestre em Artes pelo Programa de Pós-Graduação do Instituto de Artes da Unesp) e por e Letícia Liesenfeld (mestre em comunicação e artes pela Universidade Nova de Lisboa).
 - 7 Coordenado por Cristiane Rogerio (mestre em Arte Educação no Instituto de Artes da Unesp), Camila Feltre (doutora em Arte Educação no Instituto de Artes da Unesp) e Ananda Luz (doutoranda em Difusão do Conhecimento (DMMDC-UFBA/UNEB/IFBA), mestra em ensino e relações étnico-raciais (UFSB).
 - 8 Coordenado por Adriana Friedmann (doutora em Antropologia pela PUC-SP, mestre em Educação pela Unicamp) e Josca Baroukh (mestre pela faculdade de Educação da USP, graduada em Psicologia pela USP).
 - 9 Coordenado por Edith Derdyk (doutora Honoris Causa pelo 17, Instituto de Estudios Críticos no México).
 - 10 Coordenado por Ângela Castelo Branco (doutora em Artes pelo Instituto de Artes da Unesp, mestre em Educação pela Unesp) e Mariana Galender (graduada em Artes Plásticas pela ECA-USP e em Design de Produto pela Belas Artes, licenciada em artes e pós-graduada pela Casa Tombada).
 - 11 Coordenado por Patrícia Arruda (mestranda no curso de formação de professores em Ciências e Matemática pela Unifesp).
 - 12 Coordenado por Rita Mendonça e Beatriz Tadema (mestre em Economia para Transição pelo Schumacher College, Inglaterra)
 - 13 Coordenado por Maria Gomide – Carroça de Mamulengos (Maria nasceu literalmente em um festival de teatro, e assim está até hoje, vivendo com arte, circo, música).
 - 14 Coordenado por Ananda Luz (doutoranda em Difusão do Conhecimento, DMMDC-UFBA/UNEB/IFBA; mestra em ensino e relações étnico-raciais, Universidade Federal do Sul da Bahia) e Jéssica Silva (mestra em Ensino e Relações Étnico-Raciais, Universidade Federal do Sul da Bahia).

Há que reconhecer que estamos num exercício difícil e demorado: praticar a intimidade e, ao mesmo tempo, exercitar o comum, distanciando-nos do binômio público/privado que já tanto conhecemos nas práticas macropolíticas, conceito especialmente apropriado pelo sistema neoliberal.

Com isso, afirmamos que são as experiências das pessoas que devem nomear os acontecimentos e produzir conhecimentos, e não o inverso; e essa sempre será a chave da nossa atuação. É por isso que entendemos A Casa Tombada como um dispositivo, pensando que o sentido de dispositivo aqui é aquele que deriva da palavra grega *oikonomia*, que, de modo geral, circunscreve um conjunto de modos de viver, pensar e sentir o mundo que traduz concretamente o conjunto de valores de uma certa maneira de conceber o real. No nosso caso, acreditamos que esses caminhos de estudar e conviver nos permitem inventar a vida. Uma vida junto. E essa é uma abertura para as *cenar fulgor* que nos inundam cotidianamente. É a possibilidade de tornarmos a vida um poema, seriamente.

2. MUITO PERTO DA MORTE, AINDA ASSIM ESTUDAR: DESEJO DE VIDA

Foram quase cinco anos convivendo com e nesta casa, neste endereço, recebendo grupos, coletivos, numa intensa produção cultural, inventando modos de estudar junto, cultivando o cotidiano. Até que, em março de 2020, o mundo inteiro foi acometido pela Covid-19, algo que mudaria para sempre a história da nossa vida no planeta e as formas de habitar-mos A Casa. Neste período fechamos as portas d'A Casa e inventamos, como todo mundo, um outro modo de nos relacionarmos com as pessoas. Começamos a levantar referências poéticas, filosóficas e imagéticas para elaborarmos o que estávamos vivendo: o medo da morte. Mas não era suficiente. queríamos mais. Formulamos, então, três pontos de apoio, três tábuas de salvação e passamos a compartilhá-las nas redes sociais: O medo da morte; Ainda assim estudar; e Desejo de Vida. A partir dessa sinceridade em relação ao que estava nos acontecendo, conseguimos as práticas formativas e criamos assim A Casa Nuvem, um lugar digital como desejo de estudo e de vida, com os mesmos princípios d'A Casa física. No começo nos assombramos. Achávamos que o modo liso das telas, sem textura, sem cheiro, sem os gostos cotidianos d'A Casa física, fosse impossibilitar as experiências vivas que tínhamos até então nas práticas d'A Casa.

Pensar a palavra nuvem foi vital e estruturante neste momento. Não estávamos olhando para o céu distanciadamente num dia de sol, brincando

de achar imagens fofinhas nas nuvens de algodão. Estávamos em meio a uma turbulência, enfrentando coletivamente uma tempestade sem hora para acabar. Estávamos descendo a serra num dia de muita neblina, precisando andar em comboio; estávamos caminhando sem conseguir enxergar o final do túnel. Todas essas imagens foram compartilhadas com os habitantes d'A Casa e isso foi nos ajudando a nomear e criar uma língua comum.

Os dias foram passando, e aquilo que parecia impossível aconteceu: a casa inventou uma língua-tátil, um dizer que tocava e que era tocado pelas inúmeras experiências trazidas por aquelas pessoas que chegavam. A ampliação geográfica do público d'A Casa foi tamanha que passamos a dialogar com outros estados brasileiros e outros países. O imponderável e a indeterminação do retorno a alguma normalidade, por causa da pandemia, nos levou a pensar em fechar o espaço físico na cidade de São Paulo e partirmos para uma vida no interior do estado. Mudamos para a cidade de Bragança Paulista e lá encontramos a possibilidade de abrirmos novamente uma casa física.

Quando foi possível a reabertura d'A Casa física, graças à contenção da pandemia pelas medidas sanitárias e ao advento das vacinas, iniciamos as nossas ações culturais em Bragança Paulista. Nesta casa tínhamos uma livraria com o acervo ligado aos cursos d'A Casa Nuvem; um café com comida orgânica; uma residência para receber quem vinha de fora e um ateliê para cursos e oficinas. Realizamos, ao longo de quase dois anos, sessões de Narração de Histórias para crianças e noites de contos com jantares. Propusemos vários experimentos de cursos e oficinas.

Contudo, no final do ano de 2022, depois de uma reflexão profunda sobre o momento que estávamos vivendo, com as aberturas pós-controle da pandemia e com o desejo sincero de retomarmos os pontos de origem d'A Casa, resolvemos voltar para a cidade de São Paulo. Ainda sem uma moradia física, com todas as nossas ações ainda acontecendo n'A Casa Nuvem, mas estudando o melhor lugar para reabrirmos as portas e janelas, para deixarmos a luz entrar.

Como neste ensaio estamos partilhando nossas formas de sustentar, gerir e pensar A Casa, achamos importante partilharmos nosso modo de nos relacionarmos com a comunidade que veio ao encontro d'A Casa. Desde o início, decidimos partilhar o que estamos vivendo a cada momento, articulando oralidade e escrita.

A carta a seguir, a título de exemplo de muitas outras que já produzimos ao longo da história d'A Casa, foi enviada aos “moradores” d'A Casa, expressão esta que utilizamos para nos dirigirmos a todas as pessoas que

passaram ou que ainda estão vinculadas de alguma forma com A Casa, seja ministrando curso, aula, coordenando projetos, contribuindo nas dimensões administrativas, comunicativas, tecnológicas, seja estudando nos cursos ou assistindo a nossas produções como público apreciador. Esta carta foi escrita e enviada a todas as pessoas em janeiro de 2023:

Esta carta é para partilhar o movimento que estamos vivendo agora n'A Casa Tombada. Estivemos por dois anos em Bragança Paulista/SP, numa exuberante casa cujos proprietários, Regina e Sérgio (a quem nos aliançamos como família) são os donos da Escola Viverde. Foram anos de uma experiência intensa em que temos um agradecimento profundo, anos em que praticamos o convívio ético e estético por meio da livraria, do café, da residência e de programações culturais. Nas palavras de uma das visitantes d'A Casa: a gente arrepiava só de entrar lá! Porém, num processo de meditação de meses, em dezembro de 2022, nós encerramos as ações realizadas n'A Casa Tombada física e retornamos para a cidade de São Paulo. A principal motivação foi a de que a gestão dos espaços da livraria, do café e da hospedagem acabou por nos demandar um fôlego que nos desviava do estudo, da pesquisa, da escrita, da energia de estar em aula. Sendo assim, optamos por fechar A Casa física em Bragança Paulista e aprofundarmos ainda mais d'A Casa Nuvem, cuidando dos Ciclos de Estudos, Núcleos de Aprofundamento, cursos autoformativos e Pós-graduações, além da continuidade de nossas assessorias, parcerias e nossos projetos de criação pessoais. Consideramos que o movimento de descentralização e foco no estudo gerado n'A Casa Nuvem são imensos e precisam ser cuidados e sustentados com o nosso melhor. Atualmente estamos escutando o movimento do agora para saber qual o próximo passo a ser dado em direção aos encontros presenciais. Não pretendemos abrir imediatamente um lugar em São Paulo/SP. Estamos tentando entender o que é preciso e necessário fazer agora. Essa pergunta sempre nos conduziu e continuará nos conduzindo. Assim como a sinceridade ao escrever esta carta. Os nossos móveis e objetos afetivos cheios de memórias e presenças estão em um guarda-móveis à espera de um novo e potente caminho que, com certeza, se apresentará. Agradecemos imensamente a todas/todes/todos que estiveram conosco nesses dois anos em Bragança. Seguimos cultivando o sensível, na coragem de continuar na busca de um destino fecundo, com carinho Ângela e Giuliano.

A seguir, partilhamos um pouco de algumas cenas que nos ajudam a compor as nossas tecnologias de gestão, temáticas curatoriais, processos formativos, encontros com os saberes, cultivo de modos de inventarmos a vida juntos.

3. CENAS FULGOR OU A CONSTRUÇÃO DE UM TETO TODO NOSSO¹⁵

Como já enunciado, o conceito de “cenas fulgor” foi proposto pela escritora portuguesa Maria Gabriela Llansol. É uma maneira de nomearmos acontecimentos marcantes que vivemos ao longo destes quase oito anos de existência, enunciando cada cena como uma “morada de imagens” capazes de florestar nossos pensamentos, nossos dizeres, nossos sentires. Sempre que estamos precisando saber para onde ir ou que decisão tomar, sabemos que é hora de voltar para a fonte. É lá que nunca faltará água. É lá o lugar em que os sentidos e as imagens jorram.

3.1. ENCONTRAR A CASA SEM SABER QUE A ESTÁVAMOS PROCURANDO

Cena fulgor 1: Era uma manhã de um dia qualquer de uma semana do mês de março. O ano era 2015. Estávamos com o filho recém-nascido, caminhando pelo bairro de Perdizes onde morávamos há cerca de oito meses. Tínhamos deixado há pouco nossos trabalhos nas instituições culturais nas quais trabalhávamos. Estávamos sem emprego por opção, pensando quais seriam os próximos passos. Uma frase nos acometia vez o outra, era um pensamento do ensaísta Roland Barthes que dizia mais ou menos assim: chega um dia em que nos percebemos no meio da vida, este “meio da vida” não é relativo aos anos vividos, mas diz respeito a estar dentro da vida, neste dia temos que deixar os nhe-nhe-nhens de lado e decidirmos entrar na vida. Caminhávamos e vimos uma placa presa num portão branco de ferro, num imóvel com tijolinhos à vista bem em frente ao Parque da Água Branca, aonde estávamos indo para passear com o nosso filho. Na placa lia-se: “Alugo”. Não era aluga-se, havia um sujeito a conversar conosco. Foi assim que nós dois lemos. Imediatamente chamamos o número ali impresso. O advogado da ACF (Associação Cívica Feminina), proprietária do imóvel, nos atendeu e disse que representava a mesma. Perguntamos o valor do aluguel e quando ele disse sabíamos que não tínhamos aquele valor. Agradecemos e, quando estávamos desligando, ele nos perguntou para qual finalidade seria o imóvel? Nós ainda não sabíamos. Sabíamos do nosso quintal com partilhas de saberes e da pós-graduação que já estava em andamento. Levar estas ações para lá? E depois? Aquele pensamento de instantes. E num reflexo respondemos: queremos abrir um espaço cultural. Ele nos disse para conhecermos o imóvel. Marcamos naquele mesmo dia, no período da tarde. Uma casa “caindo aos pedaços”, mas com a luz mais linda que já havíamos conhecido. Ali começava A Casa Tombada, que até o dia da assinatura do contrato de locação não tinha nome, mas quando lemos no contrato “este imóvel é

15 Parafraseando o título do livro de Virginia Wolf *Um teto todo seu*.

tombado”, entendemos que o nome seria A Casa Tombada. Nascia um lugar para “tombarmos” o que não podíamos esquecer, um lugar para o cultivo da memória.

3.2. UM MEL QUE ESCORRE PELAS PAREDES

Cena fulgor 2: *Estávamos em reforma em um mês de férias, e o teto de uma das salas se rompeu e caiu. E algo escorreu na parede. Percebemos que era mel, pois havia ali, no vão entre o teto da sala de baixo e o chão da sala de cima, um vão onde viviam abelhas jataí. Fomos pesquisar a história dessas abelhas e descobrimos que elas possuem um significado muito importante para os povos originários. As abelhas jataí simbolizam o início e o fim de tudo. Começamos o ano letivo ainda em reforma, com o teto encapado por um enorme plástico preto, contando essa história para os alunos e oferecendo um mel para que todos pudessem provar. Bem ali, debaixo daquele teto, encontramos uma comunidade de abelhas. O mel não era das abelhas que encontramos ali naquele local, e também ninguém nos perguntou. Mas esse foi um momento ritualístico e de comunhão com os mistérios da Casa. O que interessava naquele instante era essa abertura de real que esse acontecimento nos trazia. Não interessa diferenciar ficção de não ficção, verdade de não verdade. Mas viver poeticamente o que nos acontece.*

3.3. A MULHER QUE TOCOU NOS TIJOLOS: MEMÓRIA E IMAGINAÇÃO

Cena fulgor 3: *Era o início de uma tarde de quarta-feira. Estávamos voltando do almoço e, chegando próximos d'A Casa, observamos uma mulher, aparentando pouco mais de sessenta anos, usando óculos, de saia e camisa florida, cabelos presos. A mulher deslizava a palma das mãos nos tijolos à vista da fachada d'A Casa. Seus movimentos eram suaves, comprometidos tão completamente com a atenção que nos dava a leitura de alguém descolada do real. Fomos diminuindo a velocidade dos passos e nos aproximando também de uma maneira suave, a fim de não atravessarmos aquela experiência de que agora éramos testemunha. Aproximamo-nos do portão da entrada d'A Casa, à época localizada à rua Ministro Godói, 109 e quando chegamos bem próximos, já com a intenção de entrarmos n'A Casa, simulando que não tínhamos vivenciado aquela cena, a mulher nos aborda: “Meu pai fazia tijolos como este”. Silenciamos. E ela continuou: “Há tanto tempo que não vejo nada parecido”. Nos contou de sua infância no interior do estado da Paraíba e nos confidenciou a alegria de ter vivido numa olaria quando criança. Convidamos a mulher para entrar, como sempre fizemos com os que chegavam. Oferecemos um café, mas ela*

continuava detida nos tijolos. Caminhamos até o fundo d'A Casa, onde havia um quintal, também com tijolos à vista, ela continuava passando a mão naqueles tijolos. Lá no quintal, algumas pessoas que vivenciavam o cotidiano d'A Casa, fazendo a limpeza, a manutenção, os serviços administrativos diários, estavam reunidas discutindo o que fariam com miríades de lagartas espalhadas nas folhas de nossa horta. Ao que cada pessoa dava um palpite: "vamos comprar um veneno, elas vão destruir tudo"; "o melhor seria limpamos as folhas com vinagre"; "é só jogar sal sobre elas que desaparecem". Depois de muitas conversas, um de nós sugeriu algo "sustentável"! Apareceu a sentença: "vamos tirá-las daqui, colocá-las todas numa caixa e levá-las para o parque" (o imóvel ficava em frente ao Parque da Água Branca). Era um gesto aparentemente cuidadoso. A mulher, que estava ali, o tempo inteiro em silêncio, pela primeira vez em nosso quintal, já não tocava mais nos tijolos e agora era inteira a dizer: "o quê? Vocês vão tirá-las daqui sem elas saberem? Vocês sabem o que significa alguém ser tirado de casa sem saber para onde vai?". Uma paisagem capaz de alterar para sempre o nosso modo de escutar os que chegam e como estes nos trazem boas-novas para compreendermos como seguir. Há que deixar entrar. Há que ter tempo para receber quem chega.

4. UM LUGAR PARA CULTIVAR A VIDA JUNTO

Estas cenas e outras que poderíamos narrar nos ajudam a constituir as bases de nosso trabalho artístico, cultural e formativo. Ler o que as placas nos dizem, confiar no mel que escorre pela parede, a simbolização do aparente obstáculo, ouvir quem chega em estado de atenção, mudar para continuarmos sendo os mesmos. Paisagens, encontros, analogias que nos convidam a inventar um lugar, a cultivá-lo para viver junto.

Todo mundo sabe quando um espaço arquitetônico deixa de ser espaço e passa a ser um lugar. Um espaço genérico transforma-se em lugar à medida que criamos uma intimidade com ele e lhe atribuímos valores. A palavra lugar nomeia uma superfície em que podemos nos mover. Onde o que conta é qualidade de nossa ação. O lugar não é medido pelo número de horas que passamos nele ou por quanto pagamos por ele, mas pelo quanto e com que vitalidade podemos nos mover com ele. Isso para nós é um lugar. Por isso chamamos A Casa Tombada de lugar e não de espaço, um lugar de arte, cultura, educação. Criar, estudar, viver, conviver, ter prazer, pensar, conversar, trabalhar, descansar em um mesmo lugar é a nossa maior contravenção. E essa é a maior oposição à necropolítica que quer produzir corpos fragmentados com trabalhos e exigências sem sentido, sem rede de proteção.

A possibilidade de materializar a delicadeza, de exercer o cuidado diariamente é a nossa maior afronta ao macropoder. O convívio estético, a aposta nos afetos do corpo criam novas conversas, despertam novos desejos. Costumamos dizer que esse é um lugar de partilhar aprendizados em que se entra com o corpo inteiro, não apenas com a cabeça. E com a paisagem que cada um é. Ou seja, nos cursos d'A Casa podemos nos sentir à vontade para trazer os filhos para estudar, a mãe idosa, o animal de estimação, esquentar a comida, deitar no chão, pegar uma manta para espantar o frio, reintegrando todos esses movimentos da vida viva à produção de conhecimento, inclusive científico e acadêmico.

Contamos a história do surgimento d'A Casa para afirmar que o lugar e os materiais continuam tendo um papel vital para nosso projeto. Possuem um papel de invenção nos modos de existência singulares.

Assim nasceu a compreensão do que vem a ser um lugar para inventar a vida junto. Este dependerá de fazer a travessia de espaço para lugar. Essa travessia dependerá de ritualizar as práticas cotidianas com convites diários a pertencer.

CONCLUSÃO OU SOBRE A ALIANÇA ENTRE ENSINO, AMIZADE E VIDA FAMILIAR

Este tem sido nosso encontro genuíno com o sentido d'A Casa: estudar habitando, morando, demorando. Como um outro modo de inventar hábitos para estudar, criar, inventar uma vida cujo convívio seja estético e vinculado, dando-nos a todos a sensação de pertença, de bem-estar.

Outro ponto importante dessa malha de afetos é o da afirmação da amizade entre as práticas das oralidades e das escritas em todos os trabalhos que passamos a desenvolver. E essa afirmação se dá cotidianamente pelo contágio, pela experiência com a potência de dizer-escrevendo, escrever-dizendo. O que nos interessa é uma escrita próxima dos sulcos da fala e uma fala próxima dos riscos da escrita. Os encontros de narração oral são invadidos por textos escritos, e os ateliês de escrita não existem sem as experiências da fala em voz alta.

Seja n'A Casa Tombada física ou n'A Casa Nuvem, algo foi sendo produzido com este modo de cuidar, de partilhar o afeto e cuidado, como efeito: a reciprocidade cuidadora.

Nossa espécie, diferentemente do que afirmam as narrativas que insistem em se impor de maneira hegemônica, parece ter uma incrível capacidade de zelar, de amar, de fazer brotar.

É assim que arrancamos do silêncio saberes de experiência que são potências para o mundo, modos de conhecer singulares, únicos. E, para

arrancar o que precisa ser arrancado do silêncio de interdição, é preciso deixar-se invadir pelas notas, pelas cintilâncias, pelos engasgos, pelo dizer poético; mais do que pela ideia de linearidade e de representação do real. Afirmamos insistentemente uma crença na potência das palavras.

E como elas não garantem nem dizem tudo, como a linguagem não coincide conosco, trata-se de uma opção constante pela vulnerabilidade, pela aliança calma com o fracasso quando ele chegar, pela busca de algo que estará sempre mais além.

O amor pelas palavras que a todo tempo nos desestabiliza pode nos ajudar a sair da lógica do poder e do excesso de realidade.

REFERÊNCIAS

- HAN, Byung-Chul. *A salvação do belo*. Petrópolis: Vozes, 2019.
- INGOLD, Tim. *Estar vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição*. Petrópolis: Vozes, 2015.
- LARROSA BONDÍA, Jorge. *Esperando não se sabe o quê: sobre o ofício de professor*. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.
- LLANSOL, Maria Gabriela. *Lisboaleipzig I: o encontro inesperado do diverso*. Lisboa: Rolim, 1994.
- TUAN, Yi-Fu. *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. São Paulo: Difel, 1983.